

Demonstrações Contábeis Regulatórias
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

31 de dezembro de 2016 e 2015

Com o Relatório dos Auditores Independentes

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações Contábeis Regulatórias

31 de dezembro de 2016 e 2015

Índice

Relatório dos auditores independentes relativo à aplicação de procedimentos previamente acordados sobre às Demonstrações contábeis regulatórias - DCR	1
Demonstrações Contábeis Regulatórias	5
Notas explicativas das demonstrações contábeis regulatórias.....	10

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Paranaíba Transmissora de Energia S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Paranaíba Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de relatórios contábeis contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), instituído pela Resolução Normativa Nº 605/2014, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Base contábil de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias, que foram elaboradas para auxiliar a Paranaíba Transmissora de Energia S.A. a cumprir os requisitos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Consequentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins. Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto.

Outros assuntos

A Companhia elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado para os acionistas da Companhia com data de 31 de janeiro de 2017.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias, de acordo com as disposições para a elaboração de relatórios contábeis contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE , no Despacho nº 245/2016 emitido pela Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF da ANEEL, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, a garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte de uma auditoria, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha

proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 2017.

BOUCINHAS, CAMPOS & CONTI
Auditores Independentes S/S
CRC-SP-5.528/O-S-RJ



Antonio Carlos de Oliveira Pires
Contador-CRC-RJ-065.305/O-RJ

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.
CNPJ: 17.553.029/0001-01

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em reais)

	<u>Notas</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<u>ATIVO</u>			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalente de caixa		3.051	51.594
Impostos a recuperar		5.433	4.246
Despesas pagas antecipadamente		56	46
Outros ativos circulantes		26	8
Contas a receber		40	-
Total do ativo circulante		8.606	55.894
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e valores mobiliários		7.687	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4	41.286	19.673
Ativo imobilizado	5	1.117.841	895.674
Intangível	6	21.184	18.142
Total do ativo não circulante		1.187.998	933.489
TOTAL DO ATIVO		1.196.604	989.383
<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
CIRCULANTE			
Fornecedores		22.263	47.955
Retenção contratual		1.489	1.322
Empréstimos e financiamentos	7	45.939	11.588
Impostos e contribuições sociais		461	2.320
Dividendos a pagar		12.454	-
Encargos setoriais		61	-
Salários e encargos		411	326
Total do passivo circulante		83.078	63.511
NÃO CIRCULANTE			
Exigível a longo prazo			
Empréstimos e financiamentos	7	561.700	536.422
Total do passivo não circulante		561.700	536.422
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	8	534.761	385.001
Reserva legal		3.931	222
Reserva de lucros retidos		13.134	4.227
Total do patrimônio líquido		551.826	389.450
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.196.604	989.383

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.
CNPJ: 17.553.029/0001-01

Demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em reais)

	<u>Notas</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	9	11.793	
Pesquisa e desenvolvimento		(112)	-
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(79)	-
Despesas de operação e manutenção - O&M		(2.145)	-
Indisponibilidade de equipamento		(396)	-
LUCRO BRUTO		9.061	-
DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal	10	(2.772)	(2.507)
Serviços de terceiros		(930)	(972)
Tributos		(3)	(10)
Arrendamentos e aluguéis		(469)	(921)
Materiais		(13)	(8)
Depreciação		(29)	(35)
Outros		-	(3)
Total		(4.216)	(4.456)
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		4.845	(4.456)
RESULTADO FINANCEIRO			
Variações monetárias ativas		543	400
Outras receitas financeiras		6	3
TRIBUTOS SOBRE RECEITAS FINANCEIRAS			
Pis		(25)	(20)
Cofins		(151)	(120)
DESPESAS FINANCEIRAS			
Juros e multas		(1.565)	-
Despesas com empréstimos		-	(12.017)
Outras despesas financeiras		(179)	(140)
Total do resultado financeiro		(1.371)	(11.894)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		3.474	(16.350)
Imposto de renda diferido		15.880	-
Contribuição social diferida		5.716	-
Imposto de renda corrente		-	14.588
Contribuição social corrente		-	5.269
Total		21.596	19.857
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		25.070	3.507

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.
CNPJ: 17.553.029/0001-01

**Demonstrações das mutações do Patrimônio Líquido dos exercícios findos
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em reais)**

	Capital social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
		Legal	Lucros retidos	AFAC		
SALDOS REGULATÓRIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	265.001	47	895	-	-	265.943
Integralização de capital com emissão de 60.000.000 de ações em 20/08/2015	60.000	-	-	-	-	60.000
Integralização de capital com emissão de 30.000.000 de ações em 30/09/2015	30.000	-	-	-	-	30.000
Integralização de capital com emissão de 30.000.000 de ações em 22/10/2015	30.000	-	-	-	-	30.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	3.507	3.507
Constituição de reserva legal	-	175	-	-	(175)	-
Lucros retidos	-	-	3.332	-	(3.332)	-
SALDOS REGULATÓRIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	385.001	222	4.227	-	-	389.450
Integralização de capital com emissão de 29.760.000 de ações em 04/02/2016.	29.760	-	-	-	-	29.760
Adiantamento para futuro aumento de capital em julho	-	-	-	50.000	-	50.000
Adiantamento para futuro aumento de capital em outubro	-	-	-	70.000	-	70.000
Integralização de capital com AFAC em 31/12/2016	120.000	-	-	(120.000)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	25.070	25.070
Constituição de reserva legal	-	3.709	-	-	(3.709)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(12.454)	(12.454)
Constituição da reserva de lucros retidos	-	-	8.907	-	(8.907)	-
SALDOS REGULATÓRIOSEM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	534.761	3.931	13.134	-	-	551.826

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.
CNPJ: 17.553.029/0001-01

**Demonstrações do resultado abrangente dos exercícios findos
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em reais)**

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro líquido do exercício	25.070	3.507
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício	<u>25.070</u>	<u>3.507</u>

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.
CNPJ: 17.553.029/0001-01

**Demonstrações do Fluxo de Caixa dos exercícios findos
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em reais)**

	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do IR e CSLL	3.474	(16.350)
Ajuste de itens que não causaram impacto no caixa		
Depreciação	29	35
	3.503	(16.315)
Aumento/Redução de Ativos e Passivos		
Impostos a recuperar	(1.187)	(3.122)
Despesas pagas antecipadamente	(10)	422
Fornecedores	(25.692)	35.008
Impostos e contribuições sociais	(1.858)	1.942
IR e CSLL pagos	(17)	(19)
Retenções contratuais	167	357
Outros ativos circulantes	(18)	4
Encargos setoriais	61	-
Salários e encargos	85	63
Contas a receber	(40)	-
Caixa Líquido gerado pelas (consumido pelas) atividades operacionais	(28.509)	34.655
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Acréscimo de imobilizado	(222.196)	(574.292)
Acréscimo de intangível	(3.042)	-
Aplicação de títulos e valores imobiliários	(7.687)	-
Caixa Líquido consumido pelas atividades de investimento	(232.925)	(574.292)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de Capital	149.760	120.000
Empréstimos e financiamentos	59.628	193.484
Caixa Líquido gerado pelas atividades de financiamento	209.388	313.484
Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	(48.543)	242.468
Início do Exercício	51.594	294.062
Final do Exercício	3.051	51.594
Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	(48.543)	(242.468)

1. Contexto operacional

A Paranaíba Transmissora de Energia S.A. (Companhia), sociedade privada de capital fechado, foi constituída em 21 de dezembro de 2012 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 – sala 1101, Centro, Rio de Janeiro. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE e tem por objeto social a exploração de concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.1. Da concessão

A Companhia foi constituída a partir da vitória do Consórcio Paranaíba no Lote G do Leilão de Transmissão nº 07/2012, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 19 de dezembro de 2012.

O Lote G é composto pelas seguintes instalações nos Estados da Bahia, Minas Gerais e Goiás:

- LT 500 kV Barreiras II – Rio das Éguas (239 km);
- LT 500 kV Rio das Éguas – Luziânia (368 km);
- LT 500 kV Luziânia – Pirapora 2 (346km).

As instalações de transmissão são compostas pelas:

- Linha de Transmissão Barreiras II – Rio das Éguas, em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 239 km, com origem na Subestação Barreiras II e término na Subestação Rio das Éguas;
- Linha de Transmissão Rio das Éguas – Luziânia, em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 368km, com origem na Subestação Rio das Éguas e término na Subestação Luziânia;
- Linha de transmissão Luziânia – Pirapora 2, em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 346 km, com origem na Subestação Luziânia e término na Subestação Pirapora 2;
- Com equipamentos de compensação reativa e respectivas conexões, entradas de linhas, interligação de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em R\$ 100.264 (Cem milhões, duzentos e sessenta e quatro mil), valor histórico, e será corrigida anualmente, com base na variação do IPCA, no mês de julho de cada ano, nos termos do contrato de concessão, contados a partir do início da operação comercial.

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais

A Companhia concluiu com êxito, no mês de maio de 2016, a implantação da linha de transmissão Luziânia – Pirapora 2. No mês de julho de 2016, foi concluída a implantação da linha de transmissão Rio das Éguas – Luziânia. O trecho Barreiras II – Rio das Éguas teve sua implantação concluída em janeiro de 2017, representando a conclusão da implantação da totalidade do projeto.

1.2 Reforço – Resolução Autorizativa ANEEL Nº 6.030 de setembro de 2016:

Em 12 de setembro de 2016, a ANEEL publicou autorização para implantação de reforços em instalações de transmissão de responsabilidade da Paranaíba na subestação de Barreiras II, de forma a possibilitar a operação parcial por meio das acessantes Paranaíba e São Pedro Transmissora. O investimento previsto pela ANEEL é de aproximadamente R\$ 7.000, com prazo de conclusão de 6 (seis) meses e incremento na RAP de aproximadamente R\$ 864. A companhia destaca que a implantação destes reforços foi concluída em janeiro de 2017.

1.3 Cancelamento do TLP – Termo de Liberação Parcial

Em 13/09/2016, a Paranaíba Transmissora de Energia S.A. (“PTE”) foi notificada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”) a respeito do cancelamento do Termo de Liberação Parcial para operação comercial provisória (“TLP”) que autorizava sua operação comercial no trecho G3, de aproximadamente 346 km e interligando as subestações de Luziânia (GO) e Pirapora 2 (MG). Este TLP foi concedido em 12/05/2016, após a Companhia cumprir rigorosamente todos os procedimentos de rede previstos pelo ONS. Em 30 de janeiro de 2017, a Companhia recebeu a Licença de Operação deste trecho e solicitou o TLP, incluindo a RAP de períodos anteriores desde a data da respectiva suspensão.

1.4 Capital de giro

A Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$41.430 em virtude de investimentos realizados exclusivamente no projeto. Para equacionar esta situação, há previsão de captação de recursos via emissão de debêntures no mês de fevereiro de 2017, além da geração de caixa operacional com a conclusão da implantação do empreendimento. A Companhia ainda conta com o suporte financeiro dos acionistas, caso necessário. Por fim, é importante destacar também que o capital circulante líquido negativo é decorrente de gastos realizados em prazo inferior a 24 (vinte e quatro) meses da data projetada para encerramento da oferta pública. A administração considera que, devido ao caráter temporário e de prazo reduzido, o item 1.3 acima não terá impacto relevante no capital de giro.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As demonstrações contábeis regulatórias relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro, definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de

Valores Mobiliários (“CVM”) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, a exceção dos seguintes dispositivos que são conflitantes com as práticas regulatórias:

- CPC 00 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil Financeiro (“CPC 00”): Esse pronunciamento, dentre outros conceitos, estabelece as bases para reconhecimento de ativos, passivos, receitas e despesas e não reconhecem nas demonstrações contábeis os valores estimados de ativos e passivos regulatórios (diferença entre os custos incluídos na tarifa de energia elétrica e os efetivamente incorridos pela Companhia), por não atenderem à definição de ativos e/ou passivos.
- Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão (“ICPC 01”): Esse pronunciamento estabelece diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e é aplicável para situações em que o poder concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço, e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão.

Atendidas estas definições, a infraestrutura das concessionárias de transmissão é segregada e movimentada desde a data de sua construção, cumprindo as determinações existentes nos CPCs e IFRSs, de modo que seja registrado nas demonstrações financeiras um ativo financeiro correspondendo ao direito contratual incondicional de recebimento de caixa (indenização) mediante reversão dos ativos ao término da concessão.

O valor do ativo financeiro da concessão é determinado pelo seu custo histórico, e enquadra-se na categoria de recebível.

A prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 17 - Contratos de construção (“CPC 17”), tendo como contrapartida um ativo financeiro correspondendo aos valores passíveis de indenização.

Em função (i) do modelo tarifário que não prevê margem de lucro para a atividade de construção da infraestrutura, (ii) da forma como as controladas gerenciam as construções através do alto grau de terceirização, e (iii) de não existir qualquer previsão de ganhos em construções nos planos de negócio da Companhia, a Administração julga que as margens existentes nesta operação são irrelevantes.

A ANEEL considera que as aplicações dos procedimentos contábeis societários acima mencionados impedem: (i) a divulgação de um conjunto de informações que representem adequadamente a situação econômico-financeira das concessionárias e permissionárias de serviço público de energia elétrica em consonância com o modelo regulatório tarifário que permita a apresentação da realização dos componentes

tarifários e da efetiva remuneração; e (ii) a manutenção das informações contábeis referentes à composição dos ativos vinculados à concessão de energia elétrica, sujeitos à reversão, para fins de atendimento às atividades de fiscalização e prestações de informações dos investimentos no setor elétrico, resolve instituir a Contabilidade Regulatória através da Resolução Normativa nº 396, de 23 de fevereiro de 2010.

3. Principais Práticas Contábeis Regulatórias

3.1. Plano de contas

A Companhia adota o plano de contas contido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, o qual se encontra atualizado pela Resolução Normativa ANEEL nº 605, de 11 de março de 2014.

3.2. Imobilizado

3.2.1. Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzida da sua depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente e contabilizada a partir da entrada em operação dos bens e instalações transferidas para as imobilizações em serviço. As taxas anuais de depreciação estão estabelecidas pelo poder concedente, conforme Resolução ANEEL nº 44 de 17 de março de 1999 e Portaria ANEEL nº 815/94.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

3.2.2. Imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as

variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

3.3. Intangíveis

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

4. Imposto de renda e contribuição diferidos

Os impostos sobre a renda diferidos são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e contribuição social diferidos é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de renda diferido foi apurado sobre o lucro tributável, ajustado pelas diferenças temporais pela alíquota de 15%, considerando o adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a CSLL está constituída à alíquota de 9% sobre o lucro tributável, ajustado pelas diferenças temporais, reconhecidos pelo regime de competência.

O imposto de renda e a contribuição social apurados respectivamente com base no Prejuízo fiscal e na Base Negativa da CSLL foram apurados considerando a avaliação feita pela administração com base nos fluxos de caixas futuros e testes de recuperabilidade dos investimentos que indicaram que a empresa terá rentabilidade para compensar os prejuízos acumulados.

A demonstração dos tributos e contribuições diferidos é a seguinte:

ATIVO DIFERIDO				
DESCRIÇÃO	BASE DE CÁLCULO	IR - 25%	CSLL - 9%	TOTAL
SALDO EM 31/12/2015	57.931	14.459	5.214	19.673
ADIÇÕES 2016	65.117	16.255	5.860	22.115
SALDO EM 31/12/2016	121.639	30.339	10.947	41.286

5. Imobilizado

O Imobilizado esta composto como abaixo:

	Valor bruto em 31/12/2015	Adições	Transferências	Valor bruto em 31/12/2016	Adições líquidas	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2015
Ativo Imobilizado em Serviço								
Administração								
Máquinas e Equipamentos	92	92	-	184	92	(60)	124	59
Móveis e utensílios	17	-	-	17	-	(4)	13	15
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	109	92	-	201	92	(64)	137	74
Ativo imobilizado em curso								
Transmissão								
Máquinas e equipamentos	376.335	3.634	94.472	474.441	98.106	-	474.441	376.335
Edificações, obras civis e benfeitorias	354.660	147.290	(29.490)	472.460	117.800	-	472.460	354.660
A Ratear	69.002	70.226	325	139.553	70.551	-	139.553	69.002
Adiantamento a Fornecedor	95.603	916	(65.307)	31.212	(64.391)	-	31.212	95.603
Móveis e utensílios	-	38	-	38	38	-	38	-
Subtotal	895.600	222.104	-	1.117.704	222.104	-	1.117.704	895.600
Total do Ativo Imobilizado	895.709	222.196	-	1.117.905	222.196	(64)	1.117.841	895.674

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.
 Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 Em milhares de reais

As diferenças identificadas entre o ativo imobilizado societário e regulatório são decorrentes da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) e OCPC 05 - Contratos de Concessão na contabilidade societária. Estas normas orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços. A partir da adoção desse procedimento o ativo imobilizado foi bifurcado em ativo intangível e financeiro.

a) Vinculação dos Bens à Concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizadas na produção e transmissão de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia pra desvinculação de bens inservíveis à concessão quando destinados à alienação, determinando ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na referida concessão.

b) Depreciação e Amortização

Com a aplicação do ICPC 01 - Contratos de Concessão, os ativos da concessão não pertencem às concessionárias de transmissão, tendo apenas o direito de exploração do bem e, como não há risco de demanda, esses ativos passaram a ser considerados como ativos financeiros e, portanto, não são depreciados ou amortizados.

Os itens referentes a administração e que não estão ligados diretamente à operação estão sendo depreciados de acordo com a sua vida útil.

Demonstração de Depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2016			2015
		Bruto	Depreciação e Amortização Acumuladas	Valor Líquido	Valor Líquido
<u>Em Serviço</u>					
Administração					
Custo Histórico	10%	201	(64)	137	74
		201	(64)	137	74
<u>Em Curso</u>					
Transmissão		1.117.704	-	1.117.704	895.600
		1.117.905	(64)	1.117.841	895.674

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.
 Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 Em milhares de reais

Adições de Imobilizado em curso:

Adições do Imobilizado em Curso - R\$	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Juros Capitalizados	Outros Gastos	Total
Máquinas e equipamentos	3.634	-	-	-	-	3.634
A ratear	159	11.284	1.449	56.480	854	70.226
Edificações, obras civis e benfeitorias	147.290	-	-	-	-	147.290
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	-	916	916
Móveis e utensílios	38	-	-	-	-	38
Total das Adições	151.121	11.284	1.449	56.480	1.770	222.104

6. Intangível

O Ativo Intangível está composto como abaixo:

	Valor bruto em 31/12/2015	Adições	Baixas	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições líquidas	Valor Líquido em 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2015
Ativo Intangível em Serviço							
Administração							
Software	71	-	-	71	-	71	71
Subtotal	71	-	-	71	-	71	71
Ativo intangível em curso							
Transmissão							
Servidões	18.071	3.042	-	21.113	3.042	21.113	18.071
Subtotal	18.071	3.042	-	21.113	3.042	21.113	18.071
Total do Ativo Intangível	18.142	3.042	-	21.184	3.042	21.184	18.142

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.
 Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 Em milhares de reais

7. Empréstimos e financiamentos

Abertura do Endividamento – R\$

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de	Principal	Principal +	Saldo	Adimplente?	Data	Tipo de	Indexador	Spread	Data	Frequência	Data Próxima	Vencimento	Frequência	Sistemática	Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo				
	Curto Prazo	Curto Prazo	Juros LP	Total	Re pactuaç	Pgto Juros				% a.a.		Pgto Juros				Amortização	Final	Amortiz.	Amortizaç	2017
Financ. / Emprést. Moeda Nacional																				
BNDDES - Subcrédito A	1.965	39.450	506.271	547.686	Sim	21/10/2015	Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, penhor de ações, Cessão fiduciária de conta vinculada e aval/fiança bancária.	Juros e TJLP	2,42% + TJLP	15/01/2017	Mensal	15/01/2017	15/10/2030	168 parcelas mensais tendo iniciado em 15/11/2016	Débito	41.415	36.598	36.598	433.075	547.686
BNDDES - Subcrédito B	205	4.319	55.429	59.953	Sim	21/10/2015	Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, penhor de ações, Cessão fiduciária de conta vinculada e aval/fiança bancária.	Juros e TJLP	2,02% + TJLP	15/01/2017	Mensal	15/01/2017	15/10/2030	168 parcelas mensais tendo iniciado em 15/11/2016	Débito	4.524	4.007	4.007	47.415	59.953
Total por Dívida	2.170	43.769	561.700	607.639												45.939	40.605	40.605	480.490	607.639
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	2.170	43.769	561.700	607.639												45.939	40.605	40.605	480.490	607.639

Abertura dos Ativos Financeiros – R\$

LIN	INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Juros de	Principal	Principal +	Saldo	Adimplente?	Indexador	Spread	Frequência	Cronograma de Amortização					
		Curto Prazo	Curto Prazo	Juros LP	Total					2016	2017	2018	2019+	Total	
9	Ativos Financeiros	167	2.884	-	3.051					3.051					3.051
9.1	Caixa e Aplicações Financeiras	167	2.884	-	3.051					3.051	-	-	-		3.051
9.1.1	Saldo Final de Caixa - Conta 111		5	-	5	Sim				5					5
9.1.2	Aplicação Financeira CDB	167	2.879	-	3.046	Sim	CDI	100%	Diário	3.046					3.046

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.
 Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 Em milhares de reais

Composição do Endividamento e Dívida Líquida – R\$

	Juros de	Principal	Principal +	Total	Total
RESUMO	Curto Prazo	Curto Prazo	Juros LP	2016	2015
Dívida Bruta					
Empréstimo em Moeda Nacional	(2.170)	(43.769)	(561.700)	(607.639)	(548.011)
Ativos Financeiros					
Alta Liquidez	167	2.884	-	3.051	51.594
Dívida Líquida	(2.003)	(40.885)	(561.700)	(604.588)	(496.417)

8. Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2016 representa R\$ 534.761, e sua composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Número de ações em reais			
	Ordinárias	%	Total	%
State Grid Brazil Holding S.A.	272.728.110	51,0	R\$ 272.728.110	51,0
Copel Geração e Transmissão S.A.	131.016.445	24,5	R\$ 131.016.445	24,5
Furnas Centrais Elétricas S.A.	131.016.445	24,5	R\$ 131.016.445	24,5
	<u>534.761.000</u>	<u>100,0</u>	<u>R\$ 534.761.000</u>	<u>100,0</u>

9. Receita operacional líquida

	2016	2015
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Receita de operações com transmissão de energia	12.960	-
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		
PIS	(208)	-
Cofins	(959)	-
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	11.793	-

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.
 Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 Em milhares de reais

10. Pessoal e Administradores

Pessoal e Administradores	2016	2015
Pessoal	1.717	1.697
Remuneração	622	719
Encargos sobre a folha de pagamento	518	456
13o salario	56	49
Férias	71	60
Gratificação	129	173
Despesas rescisórias	10	-
Benefícios a empregados	310	211
Outros	1	29
Administradores	1.055	810
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	1.055	810
Total	2.772	2.507

11. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a SPE seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a SPE seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.
 Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 Em milhares de reais

	2016			2015		
	Societário	Ajustes ICPC01	Regulatório	Societário	Ajustes ICPC01	Regulatório
ATIVO						
CIRCULANTE						
Caixa e equivalente de caixa	3.051	-	3.051	51.594	-	51.594
Impostos a recuperar	5.433	-	5.433	4.246	-	4.246
Contas a receber ativo financeiro	33.042	(33.042)	-	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente	56	-	56	46	-	46
Outros ativos circulantes	26	-	26	8	-	8
Contas a receber	40	-	40	-	-	-
Total do ativo circulante	41.648	(33.042)	8.606	55.894	-	55.894
NÃO CIRCULANTE						
Contas a receber ativo financeiro	1.235.190	(1.235.190)	-	968.189	(968.189)	-
Títulos e valores mobiliários	7.687	-	7.687	-	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Diferidos	-	41.286	41.286	19.171	502	19.673
Ativo imobilizado	208	1.117.633	1.117.841	145	895.529	895.674
Intangível	-	21.184	21.184	-	18.142	18.142
Total do ativo não circulante	1.243.085	(55.087)	1.187.998	987.505	(54.016)	933.489
TOTAL DO ATIVO	1.284.733	(88.129)	1.196.604	1.043.399	(54.016)	989.383
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
CIRCULANTE						
Fornecedores	22.263	-	22.263	47.955	-	47.955
Retenção contratual	1.489	-	1.489	1.322	-	1.322
Empréstimos e financiamentos	45.939	-	45.939	11.588	-	11.588
Impostos e contribuições sociais	461	-	461	2.320	-	2.320
Dividendos a pagar	12.454	-	12.454	-	-	-
Encargos setoriais	61	-	61	-	-	-
Salários e encargos	411	-	411	326	-	326
Total do passivo circulante	83.078	-	83.078	63.511	-	63.511
NÃO CIRCULANTE						
Exigível a longo prazo						
Empréstimos e financiamentos	561.700	-	561.700	536.422	-	536.422
Imposto de renda e contribuição Social diferidos	39.083	(39.083)	-	32.339	(32.339)	-
Total do passivo não circulante	600.783	(39.083)	561.700	568.761	(32.339)	536.422
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social	534.761	-	534.761	385.001	-	385.001
Reserva legal	3.931	-	3.931	1.309	(1.087)	222
Reserva de lucros retidos	48.414	(35.280)	13.134	11.051	(6.824)	4.227
Reserva de lucros a realizar	13.766	(13.766)	-	13.766	(13.766)	-
Total do patrimônio líquido	600.872	(49.046)	551.826	411.127	(21.677)	389.450
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.284.733	(88.129)	1.196.604	1.043.399	(54.016)	989.383

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.
 Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 Em milhares de reais

	2016			2015		
	Societário	Ajustes ICPC01	Regulatório	Societário	Ajustes ICPC01	Regulatório
RECEITA OPERACIONAL BRUTA						
Receita de operações com transmissão de energia	12.424	536	12.960	-	-	-
Receita de Construção	167.774	(167.774)	-	533.470	(533.470)	-
Rendimento sobre ativos de concessão	143.480	(143.480)	-	78.024	(78.024)	-
Receita de operação e manutenção	536	(536)	-	-	-	-
Amortização do Ativo Financeiro	(11.257)	11.257	-	-	-	-
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA						
PIS	(208)	-	(208)	-	-	-
Cofins	(959)	-	(959)	-	-	-
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	311.790	(299.997)	11.793	611.494	(611.494)	-
Custo de Construção	(167.774)	167.774	-	(533.470)	533.470	-
Pesquisa e desenvolvimento	(112)	-	(112)	-	-	-
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(79)	-	(79)	-	-	-
Despesas de operação e manutenção - O&M	(2.145)	-	(2.145)	-	-	-
Indisponibilidade de equipamento	(396)	-	(396)	-	-	-
LUCRO BRUTO	141.284	(132.223)	9.061	78.024	(78.024)	-
DESPESAS OPERACIONAIS						
Pessoal	(2.772)	-	(2.772)	(2.507)	-	(2.507)
Serviços de terceiros	(930)	-	(930)	(972)	-	(972)
Tributos	(3)	-	(3)	(10)	-	(10)
Arendamentos e aluguéis	(469)	-	(469)	(921)	-	(921)
Materiais	(13)	-	(13)	(8)	-	(8)
Depreciação	(29)	-	(29)	(35)	-	(35)
Outros	-	-	-	(3)	-	(3)
Total	(4.216)	-	(4.216)	(4.456)	-	(4.456)
PREJUIZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	137.068	(132.223)	4.845	73.568	(78.024)	(4.456)
RESULTADO FINANCEIRO						
Receitas de aplicações financeiras	3.286	(3.286)	-	12.818	(12.818)	-
Variações monetárias ativas	543	-	543	400	-	400
Outras receitas financeiras	6	-	6	108	(105)	3
TRIBUTOS SOBRE RECEITAS FINANCEIRAS						
Pis	(25)	-	(25)	(20)	-	(20)
Cofins	(151)	-	(151)	(120)	-	(120)
DESPESAS FINANCEIRAS						
Juros e multas	(4.196)	2.631	(1.565)	(126)	126	-
Juros sobre empréstimos	(56.795)	56.795	-	(52.989)	52.989	-
Despesas com empréstimos	(1.242)	1.242	-	(11.658)	(359)	(12.017)
Outras despesas financeiras	(131)	(48)	(179)	(23)	(117)	(140)
Total do resultado financeiro	(58.705)	57.334	(1.371)	(51.610)	39.716	(11.894)
LUCRO (PREJUIZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	78.363	(74.889)	3.474	21.958	(38.308)	(16.350)
Imposto de renda diferido	(19.051)	34.931	15.880	(19.483)	19.483	-
Contribuição social diferida	(6.873)	12.589	5.716	(7.023)	7.023	-
Imposto de renda corrente	-	-	-	13.993	595	14.588
Contribuição social corrente	-	-	-	5.046	223	5.269
Total	(25.924)	47.520	21.596	(7.467)	27.324	19.857
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	52.439	(27.369)	25.070	14.491	(10.984)	3.507

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

11.1 Ativo financeiro indenizável

Os ajustes são decorrentes a lançamentos efetuados na contabilidade societária, com expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização), e atualizações dos saldos.

Esses lançamentos foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória, tais práticas não são adotadas e, desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios.

As diferenças identificadas entre o Ativo Financeiro Indenizável e o Ativo Imobilizado Regulatório, ocorrem em função da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão na contabilidade societária. Essas normas orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços. A partir da adoção desse procedimento, o ativo imobilizado foi bifurcado em ativo intangível e financeiro.

a) Vinculação dos Bens à Concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizadas na produção e transmissão de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia pra desvinculação de bens inservíveis à concessão quando destinados à alienação, determinando ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na referida concessão.

b) Depreciação e Amortização

Com a aplicação do ICPC 01 - Contratos de Concessão, os ativos da concessão não pertencem às concessões de transmissão, tendo apenas o direito de exploração do bem e, como não há risco de demanda, esses ativos passaram a ser considerados como ativos financeiros e, portanto, deixaram de ser depreciados ou amortizados, conseqüentemente tirando o efeito no resultado.

11.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Com a aplicação do ICPC 01 - Contratos de Concessão os rendimentos calculados sobre o Ativo Financeiro Societário, foram incluídos na base de cálculo dos impostos diferidos na Contabilidade societária, por representarem resultados com ajustes temporários.

Estes tributos serão amortizados em função da realização do resultado através da amortização do ativo financeiro pelo prazo de concessão.

11.3 Receita e custo de construção

Os ajustes da Receita e do Custo de construção são decorrentes, da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão ("ICPC 01 (R1)"), que estabelece que o concessionário de transmissão de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 (R1) - Receitas (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica),

mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo próxima a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo financeiro indenizável em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver.

11.4 Receitas e despesas financeiras

Nas Demonstrações Contábeis Societárias, os valores referentes aos encargos sobre empréstimos e as receitas de aplicações financeiras, relacionadas a parcela dos financiamentos que ficaram aplicados no mercado financeiro até a data da utilização, foram reconhecidas no resultado conforme requerido pela Interpretação Técnica – ICPC 01 (R1) – Contratos de concessão.

Para fins de DCR- Demonstrações Contábeis Regulatórias, estes valores foram reclassificados para o Ativo Imobilizado.

12 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2016	2015
Saldos Societário no início do exercício	411.127	276.636
Movimentação do Patrimônio Líquido	149.760	120.000
Resultado societário do exercício	52.439	14.491
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	(143.480)	(78.024)
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01) - Exercício anteriores	(113.994)	(17.296)
Resultado Financeiro (ICPC 01)	57.334	39.716
Resultado Financeiro (ICPC 01) - Exercícios anteriores	40.783	1.067
Imposto de Renda e Contribuição Diferidos	47.520	26.506
Imposto de Renda e Contribuição Diferidos - Exercícios anteriores	26.626	120
Imposto de Renda e Contribuição correntes	-	6.234
Amortização do ativo financeiro	11.257	-
Dividendos propostos	12.454	-
Saldos no fim do exercício	551.826	389.450

Paranaíba Transmissora de Energia S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais

13 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro líquido conforme contabilidade societária	52.439	14.491
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	(143.480)	(78.024)
Amortização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	11.257	-
Receitas de aplicações financeiras	(3.286)	(12.923)
Juros sobre empréstimos	56.795	52.989
Outras despesas financeiras	3.825	(350)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	47.520	27.324
Lucro líquido regulatório	<u>25.070</u>	<u>3.507</u>